



e-l@tina

Revista electrónica de estudios latinoamericanos

e-l@tina es una publicación del
Grupo de Estudios de Sociología Histórica de América Latina ([GESHAL](#))
con sede en el
Instituto de Estudios de América Latina y el Caribe ([IEALC](#))
Facultad de Ciencias Sociales
Universidad de Buenos Aires

A Liga de Defesa Nacional e a construção da hegemonia burguesa no Brasil

Magalí Gouveia Engel

Doutora em História pela Universidade Estadual de Campinas, pesquisadora do CNPq, procientista da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Professora Adjunta da Faculdade de Formação de Professores da UERJ e professora colaboradora do Programa de Pós Graduação em História da Universidade Federal Fluminense. Correo electrónico: magaligengel@gmail.com

Recibido con pedido de publicación: 15 de diciembre de 2009

Aceptado para publicación: 3 de febrero de 2010

Resumen

A Liga de Defesa Nacional e a construção da hegemonia burguesa no Brasil

O processo de construção de uma ordem burguesa no Brasil, desencadeado a partir do último quartel do século XIX foi marcado por uma intensa e fundamental atuação das novas gerações de intelectuais brasileiros que emergiram no cenário científico, artístico e político a partir dos anos 1870. Entre esses literatos, médicos, juristas, professores, jornalistas é possível identificar aqueles que atuaram como intelectuais orgânicos das frações da classe dominante comprometidas com o advento e a consolidação do capitalismo, formulando e/ou difundindo propostas de (re) construção da nação pautados nas noções burguesas de civilização e de progresso. Várias organizações da sociedade civil foram fundamentais como espaços de construção e veiculação desses projetos que disputavam entre si a hegemonia nos campos intelectual e político. Entre tais agências, não apenas a imprensa, mas também a Academia Brasileira de Letras, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, bem como as inúmeras Ligas criadas nas décadas de 1910 e 1920, desempenharam papel fundamental. Pensando na possibilidade de considerarmos tais instituições como um partido político no sentido gramsciano, proponho aqui examinar o exemplo da Liga de Defesa Nacional RJ, 1916), buscando analisar o projeto de construção do Brasil como nação moderna e civilizada nos termos burgueses, veiculado pelos intelectuais orgânicos que participaram de sua fundação.

Palavras chave: intelectuais, hegemonia, nação, ordem burguesa, Liga de Defesa Nacional.

Summary

The "Liga da Defesa Nacional" and the construction of bourgeois hegemony in Brazil.

The process of construction of bourgeois hegemony in Brazil, which took place from the second half of the Nineteenth Century onwards, was made possible by the agency of a new generation of brazilian intellectuals, who emerged in the political, artistic and scientific scenery around 1870. Among those writers, politicians, doctors, professors and journalists it is possible to identify those who acted as organic intellectuals for the ruling classes and were committed to the advancement of capitalism and to the building of the nation according to the bourgeois values of civilization and progress. Countless civil organizations were also deeply involved in that process, such as the Academia Brasileira de Letras (Brazilian Letters Academy), the Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (Brazilian Historical and Geographical Society) and other civil alliances, created along the 1910`s and the 1920`s. This article focuses on the Liga da Defesa Nacional (National Defense League), considering it as a "political party" in the sense proposed by Antonio Gramsci, in order to discuss the political agenda of constructing brazilian nation according to those bourgeois values of civilization and progress.

Keywords: intellectuals; hegemony; nation; Bourgeois Order; Liga da Defesa Nacional

O processo de construção de uma ordem burguesa no Brasil¹, desencadeado a partir da destruturação da sociedade escravista no último quartel do século XIX foi marcado por uma intensa e fundamental atuação das novas gerações de intelectuais que emergiam no cenário científico, artístico e político a partir dos anos 1870. Entre esses literatos, médicos, engenheiros, juristas, professores, jornalistas é possível identificar aqueles que atuaram como intelectuais orgânicos (Gramsci, 1987) das frações da classe dominante comprometidas com o advento e a consolidação do capitalismo, formulando e/ou difundindo projetos de (re) construção da nação pautados nas noções burguesas de *civilização* e de *progresso*. Vale ressaltar, contudo, as divergências em torno de diferentes propostas de modernização do país, explicitando as tensões entre os diversos interesses e demandas dos segmentos dominantes, bem como os questionamentos do caráter hierárquico e excludente das referidas propostas por representantes das classes subalternas. Exemplo importante dos embates entre as diferentes frações das classes dominantes que marcaram o cenário político da Primeira República no Brasil (1889-1930) são as acirradas disputas pelo “controle do aparato estatal”, tais como as que tiveram lugar em torno de “projetos de ‘modernização agrícola’ divergentes”, que, conforme observou Sônia Regina de Mendonça, nos levam a relativizar o caráter “monolítico e incontestável” da hegemonia paulista no referido período (Mendonça, 1998A: 98). Quanto às vozes que defendiam projetos alternativos para a sociedade brasileira destacou-se a do escritor Lima Barreto (1881-1922) ao criticar, por exemplo, as reformas urbanas implementadas na capital republicana, a partir do governo do prefeito Pereira Passos (1902-1906), dentro do espírito “O Rio civiliza-se”, denunciando o cunho excludente das intervenções modernizadoras a elas subjacentes. Completamente desiludido com o regime implantado no Brasil em 15 de novembro de 1889, o médico e escritor anarquista Fábio Luz também representou um exemplo importante nos questionamentos aos projetos burgueses de modernização propostos e/ou impostos “de cima” pelos governos republicanos.

Várias organizações da sociedade civil² foram fundamentais como espaços de construção e veiculação desses projetos que disputavam entre si a hegemonia nos campos intelectual e político.³ Entre tais agências, a imprensa – não apenas os grandes jornais e revistas, mas também os periódicos especializados (literários, científicos, religiosos, militares, etc.) – desempenhou papel fundamental no contexto das primeiras décadas republicanas. No mesmo sentido destacaram-se as associações acadêmicas, científicas e profissionais – como, por exemplo, a Academia Brasileira de Letras, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, a Academia Nacional de Medicina, a Academia Brasileira de Ciências e o Clube de Engenharia – e, ainda, as inúmeras Ligas criadas, sobretudo, nas décadas de 1910 e 1920.⁴ Reunindo representantes dos mais diversos segmentos sociais, tais instituições levantavam bandeiras de combate ao que identificavam como os grandes problemas nacionais e, colocando-se como portavozes do bem comum, promoviam campanhas que deveriam envolver o conjunto da população brasileira e abrir os caminhos para o progresso do país em bases burguesas.

A Liga de Defesa Nacional, fundada em 7 de setembro de 1916 na cidade do Rio de Janeiro, objeto central do estudo aqui proposto, destacou-se na defesa do serviço militar obrigatório e no

¹ Autorizo a publicação desse endereço no corpo do artigo, bem como a livre reprodução do mesmo em outros meios de difusão

² Utilizo o conceito de *campo* conforme formulação de Pierre Bourdieu (1983: 124).

³ Entendo *sociedade civil* como uma das dimensões (ao lado da *base material* e da *sociedade política*) que, inter-relacionadas entre si, constituem o Estado ampliado nos termos propostos por Antonio Gramsci (1978). Sobre o conceito gramsciano de Estado veja-se, por exemplo, as reflexões de Sonia Mendonça (1998 B).

⁴ Entre as quais destaque-se, por exemplo, a Liga Brasileira Contra o Analfabetismo (1915); a Liga Pró Saneamento do Brasil (1918); e, a Liga Brasileira de Higiene Mental (1923).

combate ao analfabetismo. Desde 1912, um grupo de jovens oficiais ⁵ passou a defender a modernização do Exército, através da introdução de armamentos e métodos mais atualizados em relação aos adotados pelas grandes potências européias, bem como do estabelecimento do serviço militar obrigatório. No ano seguinte fundaram a revista denominada *A Defesa Nacional*, ⁶ que desempenharia papel fundamental na difusão das idéias reformistas e na arregimentação do apoio de autoridades militares no sentido de implementá-las – entre as quais destacaram-se o próprio presidente da República, Marechal Hermes da Fonseca e o chefe do Estado Maior do Exército general José Caetano de Faria. O problema do recrutamento forçado, visto como um dos fatores determinantes do desprestígio do Exército, foi objeto de discussão desde o primeiro número da revista.

As fragilidades reveladas nas ações militares de repressão ao movimento do Contestado (Santa Catarina e Paraná, 1912-1916) foram fundamentais para angariar adesões às propostas de renovação da instituição, já que reforçavam o questionamento de sua competência no sentido de garantir a “ordem interna”. ⁷ Por outro lado, a eclosão da I Guerra Mundial favoreceu a intensificação da campanha pelo estabelecimento do sorteio no recrutamento para o serviço militar que, em 1915, ganhou a adesão de Olavo Bilac (1865-1918), um dos mais atuantes e reconhecidos intelectuais brasileiros da época. Percorrendo várias partes do país o cronista e poeta proferiu conferências dirigidas, sobretudo, a estudantes dos cursos de Direito e de Medicina, em defesa do serviço militar obrigatório e da luta contra o analfabetismo, principais responsáveis, segundo ele, pela “gravidade de nossa situação moral” (Bilac *apud* Nagle, 1977: 262). Como desdobramento concreto do movimento liderado por Bilac foi criada no ano seguinte a Liga de Defesa Nacional, cujos ideais eram divulgados através de vários tipos de publicações (entre os quais, panfletos e livros), bem como de conferências e discursos realizados por todo o país. Criada no contexto profundamente marcado pelas repercussões da guerra, a LDN defendia o apoio brasileiro aos Aliados e a idéia do “cidadão-soldado”. No discurso dirigido aos estudantes mineiros em 24 de agosto de 1916, Olavo Bilac afirmou que entre as “vontades” partilhadas pelos integrantes da LDN figurava o desejo de que “o exército seja o povo, e o povo seja o exército de modo que cada brasileiro se ufane do título de cidadão-soldado” (Bilac, 1917).⁸

Em suas palestras, Olavo Bilac conclamava os intelectuais para que se engajassem na causa nacionalista, devendo ser eles responsáveis pela defesa da pátria e pela modernização das estruturas sociais. A ampla campanha concretizada pela Liga acabou por atingir a população das principais cidades brasileiras, especialmente, os estudantes, a quem, como foi dito, muitos discursos de Bilac eram diretamente dirigidos. Houve também reações contrárias à defesa do serviço militar obrigatório, entre as quais se destacaram as manifestações explicitamente anarquistas, bem como as críticas de

⁵ Alguns deles estagiaram no Exército alemão entre 1906 e 1912 e ficaram conhecidos como *Jovens Turcos*, uma “referência irônica aos reformadores militares de Mustafá Kemal” (Carvalho, 2005:23).

⁶ Embora não se tratasse de um órgão oficial do Exército, seus mentores tencionavam “colaborar” com o Exército (Castro, 2006). Sobre o assunto veja-se, também, a dissertação de Mestrado de Leila Capella (1985).

⁷ Ressalte-se que a credibilidade do Exército vinha sendo crescentemente abalada desde as fragorosas derrotas sofridas diante da extraordinária capacidade de resistência dos sertanejos de Canudos (Bahia, 1893-1895).

⁸ Entre os componentes do primeiro Diretório Central da Liga predominavam os civis – apenas 7 (ou 15,21% dos 46 membros sobre os quais obtive informações relativas a sua inserção sócio-profissional eram militares, dos quais um era Comandante, um General, dois Marechais e dois Almirantes. Tal fato demonstra que o clima desencadeado pela I Grande Guerra favoreceu a disseminação do apoio à implementação do serviço militar obrigatório entre os setores civis.

intelectuais como Lima Barreto e Campos de Medeiros.⁹ Mas, apesar das contestações, a campanha resultou em algumas vitórias concretas, como, por exemplo, a realização do primeiro sorteio militar em 1916 e, dois anos depois, a imposição de que os candidatos a empregos públicos fossem obrigados a apresentar a carteira de reservistas.

Pensando na possibilidade de considerarmos a ligas, associações e sociedades que atuaram nas duas últimas décadas da Primeira República como um partido político no sentido gramsciano, proponho aqui examinar o exemplo da Liga de Defesa Nacional, buscando identificar e analisar o projeto de construção do Brasil como nação *moderna* e *civilizada* nos termos burgueses, veiculado pelos intelectuais orgânicos que participaram de sua fundação. De acordo com o filósofo italiano, instituições que não se encontram pautadas em ações políticas no sentido estrito – tais como a imprensa e diversos tipos de associações – podem ser consideradas como “partidos”, ‘frações de partido’ ou ‘funções de um determinado partido’, entendidos como “o modo mais adequado para aperfeiçoar os dirigentes e a capacidade de direção” (Gramsci, 1978: 23 e 20, respectivamente). Segundo Renato Ortiz, para Gramsci, o partido seria caracterizado, portanto, pela

“... capacidade de compreender e organizar coletivamente as vontades individuais. Sua organicidade estaria calcada em valores partilhados por todos e conseguiria, inclusive, orientar a conduta das pessoas. (...) O partido seria o Príncipe dos tempos modernos, o centro de irradiação de uma ‘grande narrativa’, apreenderia o mundo na sua totalidade, ressignificando-o e conferindo-lhe inteligibilidade” (Ortiz, 2006: 96).

Assim, o sentido do termo assume amplitude e flexibilidade, podendo ser aplicado à definição dos espaços da sociedade civil onde alguns grupos constroem sua identidade como intelectuais orgânicos, ou seja, onde “elementos de um grupo social nascido e desenvolvido como ‘econômico’”, são transformados “em intelectuais políticos qualificados, dirigentes, organizadores de todas as atividades e funções inerentes ao desenvolvimento orgânico de uma sociedade íntegra, civil e política” (Gramsci, 2001:24).

A Liga de Defesa Nacional constituiu-se, sem dúvida, como um espaço deste tipo, o que pode ser observado nas justificativas que fundamentaram oficialmente a sua criação:

Acha-se fundada no Rio de Janeiro, com sede provisória à rua do Ouvidor 89, a Liga da Defesa Nacional, sociedade de que fazem parte os vultos mais eminentes do país, congregados pelo desejo sincero de soerguer, numa campanha nacionalista, as forças vivas e a energia moral da nação.

Empenhados, como andamos, pelos mesmos ideais ... é com vivo júbilo que saldamos a patriótica associação que num âmbito mais vasto se propõe a fortalecer o caráter nacional, imprimindo aos brasileiros confiança em seu próprio valor (Estatuto da LDN de 1916).

Tais concepções ficam ainda mais claramente explicitadas no já mencionado discurso dirigido aos estudantes mineiros, em agosto de 1916, onde Olavo Bilac afirmava que a LDN era patrocinada pelos “mais belos nomes do país, verdadeiros estadistas, políticos, educadores, juizes, juristas, velhos servidores do Exército e da Marinha, comerciantes, industriais, agricultores, publicistas”, enfim, “representantes de todas as classes produtoras e dirigentes”, configurando-se como “uma *aliança de vontades*, centro de *conselho e persuasão*, de estímulo e conforto” (grifos meus) (Bilac, 1917). Na definição dada pelo poeta é possível identificarmos o sentido pedagógico que, segundo Gramsci,

⁹ Vale mencionar, nesse sentido, a crônica de Lima Barreto, publicada na revista *Careta*, em 25/10/1919, onde as ações da Liga de Defesa Nacional são ridicularizadas pelo escritor, bem como as matérias de Campos de Medeiros contra o serviço militar obrigatório publicadas no jornal carioca *A Época* em 1915.

deve caracterizar a atuação dos partidos.

De acordo com o Art. 19 das Disposições Gerais do primeiro Estatuto daquela agência da sociedade civil,

A Liga de Defesa Nacional nunca poderá intervir em lutas eleitorais, nem em discussões ou propagandas partidárias, políticas ou religiosas; mas intervirá sempre, a título de centro de conselho e de continuidade, nas questões de educação, nos problemas sociais de proteção e de defesa coletiva, dirigindo-se, dentro das garantias da Constituição do país, aos governos e ao povo.

Observa-se assim, mais uma vez, o papel pedagógico da Liga, atuando como intelectual orgânico¹⁰ de certas frações da classe dominante republicana, embora, no discurso, expresse-se a idéia do intelectual como intermediário supostamente *neutro* entre o “governo e o povo”.

O compromisso com a missão de (re) construir a nação é reforçado nos objetivos relacionados no Art. 1º dos Estatutos de 1916, entre os quais se destacam, por exemplo:

Manter em todo Brasil a idéia da coesão e integridade nacional; propagar a educação popular e profissional; difundir, nas escolas primárias, profissionais secundárias, superiores, civis, militares e religiosas, assim como em todos os lares, oficinas, corporações e associações, a educação cívica, o amor à justiça e o culto do patriotismo; apoiar, pela *persuasão* e pelo exemplo, a execução das leis de preparo e organização militar; publicar um catecismo cívico, e livros de educação patriótica, destinados à infância e adolescentes, para distribuição gratuita (grifos meus).

Assim, a atuação da Liga deveria se orientar no sentido de desempenhar o papel de “persuasor permanente” (Gramsci, 1987), que caberia ao intelectual orgânico, organizando a vontade coletiva, construindo e consolidando a hegemonia das frações da classe dominante que representa.

Através da pesquisa de dados relativos à trajetória biográfica dos fundadores que compuseram o primeiro Diretório Central da LDN¹¹ foi possível observar que seus perfis revelam uma visível interseção entre as bases materiais da sociedade, a sociedade civil e a sociedade política no âmbito do estado ampliado nos termos propostos por Gramsci. Neste sentido, ressalte-se, primeiramente, a presença significativa de políticos¹² e dos que haviam exercido ou exerciam cargos públicos no âmbito do executivo (de primeiro e de segundo escalões), do legislativo e do judiciário.¹³ Também é bastante expressiva a inserção dos membros fundadores da LDN na esfera da produção agrária (cafeicultores, estancieiros, etc.), industrial, comercial e de investimentos.¹⁴

No que se refere a essa questão é interessante observar que os integrantes do Diretório Central

¹⁰ Sobre o partido como intelectual orgânico veja-se Castro, Celso (2006:101).

¹¹ De acordo com o Estatuto de 1916, a LDN teria um Diretório Central composto por 50 membros permanentes, cuja sede fixava-se na cidade do Rio, contando com um presidente, onze Vicepresidentes (eleitos de dois em dois anos), uma Comissão Executiva (eleita de dois em dois anos) e um Conselho Fiscal (nomeado pelo Diretório Central de dois em dois anos), além de Diretórios Regionais em todos os Estados (Arts. 2 a 6).

¹² Dos 38 membros sobre os quais foram levantadas informações sobre esse aspecto, 19 (ou 50%) optaram pela carreira política, dos quais 5 (ou 26,31%) eram militares.

¹³ 32 (ou 84,21%) dos 38 membros sobre os quais foram obtidas informações sobre tal aspecto.

¹⁴ Entre os 46 integrantes do Diretório Central sobre os quais foram levantados dados sobre sua inserção sócio-profissional, 7 (ou 15,21% são caracterizados como agricultores) e 9 (ou 19,56% como industriais, capitalistas, comerciantes, investidores, etc.).

foram apresentados no primeiro Estatuto da instituição através de seus títulos e patentes,¹⁵ dos cargos políticos que ocuparam / ocupavam¹⁶, de suas atividades profissionais¹⁷ e dos cargos de direção que exerceram/exerciam em outras agências da sociedade civil.¹⁸

Parece, pois, fora de dúvida que os lugares sociais ocupados pelos agentes que viabilizaram o projeto de criação da Liga explicitam uma profunda articulação entre os espaços da sociedade civil e da sociedade política. Revelando mais claramente seu perfil de “fração de partido”, a instituição representava mais um dos muitos espaços fundamentais onde certos segmentos da classe dominante e seus representantes buscavam construir, impor e legitimar sua hegemonia dentro do próprio universo da dominação. Nesse sentido, é interessante examinar mais detidamente quem, entre os fundadores, foram indicados para compor os quadros de direção da LDN. De acordo com os Estatutos de 1916 (Art. 4º, Título III), o presidente da instituição seria sempre o presidente da República em exercício. Na época, o cargo era ocupado por Wenceslau Braz Pereira Gomes (1868-1966), bacharel pela Faculdade de Direito de São Paulo e político mineiro que, procurado por uma Comissão composta por Olavo Bilac, Pedro Lessa (1859-1921) e Miguel Calmon (1879-1935), “acolheu com a maior simpatia e entusiasmo” a idéia da criação da Liga de Defesa Nacional (Bilac, 1916A).

Em 7 de setembro de 1916 – data especialmente escolhida a fim de que aniversário da Independência do Brasil fosse celebrado “sem solenidades, mas com o simples e sereno respeito dos verdadeiros crentes” (Bilac, 1916B) – realizou-se a reunião de instalação da LDN. Na ocasião, Cândido Gaffrée, um dos integrantes do Diretório Central, propôs os nomes que deveriam compor o quadro dos vice-presidentes da Liga: General José Caetano de Faria (1855-1920), Ministro da Guerra; Conselheiro João Alfredo Corrêa de Oliveira (1835-1919), Alexandrino Faria de Alencar (1848-1926), Ministro da Marinha; Conselheiro Rui Barbosa (1849-1923), presidente da ABL; Conselheiro Francisco de Paula Rodrigues Alves (1848-1919), ex-presidente da República; Monsenhor Vicente Lustosa de Lima (?-?); Dr. Gabriel Osório de Almeida (?-1925), presidente do Conselho Municipal do RJ e vice-presidente do Centro Industrial e Agricultor; Dr. Pedro Lessa (1859-1921), Ministro do Supremo Tribunal Federal; Dr. João Pandiá Calógeras (1870-1934), Ministro da Fazenda; Dr. Miguel Calmon Du Pin e Almeida (1879-1935), vice-presidente da Sociedade Nacional de Agricultura.

Os nomes que deveriam integrar a Comissão de Estatutos também foram sugeridos por

¹⁵ Doutores (22), Conselheiros (3), Almirantes (2), Marechais (2), General (1), Comandante (1), Conde (1), Monsenhor (1).

¹⁶ Ministros e ex-ministros de Estado (5), deputados (5), senadores (4), ministros do Supremo Tribunal Federal (2), ex-presidente da República (1) e presidente do Conselho Municipal do Rio de Janeiro (1).

¹⁷ Professores e diretores de estabelecimentos de ensino superior e do Colégio Pedro II (7), estancieiros (3), agricultores (2), publicistas (2), industriais (2), escrivão da Santa Casa de Misericórdia do Rio de Janeiro (1), comerciante (1), presidente do Banco do Brasil (1), capitalista (1), diretor Comercial do Lloyd Brasileiro (1), diretor da Biblioteca Nacional (1), Ministros do Supremo Tribunal Federal (2), Consultor Jurídico do Ministério das Relações Exteriores (1) e diretor do Instituto Manguinhos (1).

¹⁸ Presidentes da Academia Brasileira de Letras (1), do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1), da Academia Nacional de Medicina (1), da Sociedade Brasileira dos Homens de Letras (1), da Associação Brasileira de Imprensa (1), do Centro Industrial do Brasil (1), da Associação Comercial (1), da Federação Brasileira de Sport (1), da Federação das Sociedades de Remo (1), da Liga Metropolitana de Sports Athléticos (1); ex-presidente do Clube de Engenharia (1); vice-presidentes do Centro Industrial e Agricultor (1) e da Sociedade Nacional de Agricultura (1). Vale mencionar que entre as associações às quais os membros do Diretório Central encontravam-se vinculados destacavam-se a ABL (12), o IHGB (6) e a ANM (4), o que assinala o forte traço de seu perfil intelectual.

Cândido Gaffrée: Conde de Afonso Celso (1860-1938), diretor da Faculdade Livre de Ciências Jurídicas e Sociais, presidente do IGHB e membro da ABL; Henrique Coelho Netto (1864-1934), deputado federal pelo Maranhão e membro da ABL; Félix Pacheco (1879-1935), publicista e membro da ABL; Homero Baptista (1861-1924), presidente do Banco do Brasil e agricultor; Joaquim Luiz Osório (?-?), estancieiro e deputado federal pelo Rio Grande do Sul; Alfredo Ellis (1850-1925), senador pelo estado de São Paulo; Marechal José Bernardino Bormann (1944-1919); Almirante Júlio César de Noronha (1845-1923); Dr. Raul Pederneiras (1874-1953), presidente da Associação Brasileira de Imprensa; Dr. João G. Pereira Lima (?-?), presidente da Associação Comercial; Alberto de Faria (1865-1931), capitalista; Bernardo Monteiro (1858-1924), senador federal pelo estado de MG; Miguel Couto (1864-19134), professor da FMRJ e presidente da ANM; Conselheiro Nuno de Andrade (1851-1922), professor e publicista; e, Monsenhor Vicente Lustosa de Lima (?-?), do Cabido Metropolitano. As indicações de Graffrée foram aprovadas por aclamação, depois de incluídos os nomes de Olavo Bilac, Pedro Lessa e Miguel Calmon, considerados os criadores da “obra cívica” que resultou na criação da Liga.

Foram, portanto, esses os autores dos primeiros Estatutos, aprovados na sessão de 23 de setembro de 1916, que ratificavam os nomes dos vicepresidentes indicados por Gaffrée – incluindo entre eles, o Dr. Miguel Couto – e estabeleceram a seguinte composição para a Comissão Executiva:¹⁹ Pedro Lessa (presidente); Miguel Calmon (vicepresidente), Olavo Bilac (secretário geral), Felix Pacheco (1º secretário), Joaquim Luiz Osório (2º secretário) e o comerciante Affonso Viseu (tesoureiro). Também foram definidos os três componentes do Conselho Fiscal: Homero Baptista, o capitalista Alberto de Faria (1865-1931) e o industrial Guilherme Guinle (1882-1960).²⁰

Primeiramente é importante ressaltar a presença de autoridades públicas de alto escalão no âmbito dos poderes executivos, legislativo e judiciário, entre os vicepresidentes da Liga, especialmente no que diz respeito àqueles que exerciam ou haviam exercido o cargo de ministros de estado. Neste sentido, destaca-se a presença das autoridades máximas das Forças Armadas através dos ministros da Guerra e da Marinha em exercício quando da fundação da LDN, o que se prende evidentemente ao fato de ser a defesa nacional uma das finalidades fundamentais da instituição. Entre os vicepresidentes figurava também o engenheiro, empresário, político e ex-ministro da Agricultura, Indústria e Comércio, Pandiá Calógeras que então ocupava a pasta da Fazenda.²¹ Vale notar ainda que o Conselheiro João Alfredo havia ocupado as pastas da Agricultura e da Fazenda durante o império e que Rui Barbosa e Rodrigues Alves haviam sido ministros da Fazenda já no período republicano – o primeiro entre 1889 e 1891 e o segundo, por duas vezes, entre 1891 e 1892 e entre 1894 e 1896.

¹⁹ Composta por um presidente, um vice-presidente, um secretário geral, um 1º e um 2º secretários e um tesoureiro (Art. 6), cabia à Comissão, conforme os Estatutos de 1916: “dirigir todos os trabalhos da Liga”, bem como administrar, com a “assistência do Conselho Fiscal” os fundos da instituição – compostos por “donativos, legados. etc. e pelas contribuições dos sócios” (Art. 18). Haveria dois tipos de sócios: as associações (que contribuiriam com 100\$000 anuais); e, os indivíduos, divididos em a) honorários (que prestavam serviços relevantes a Liga); b) beneméritos (que contribuía com donativos de, no mínimo, 1:000\$000 numa única prestação); c) efetivos (que contribuía com quota anual no valor de 12\$000); d) remidos (corporações que contribuíssem com quota única de 500\$000 e indivíduos que oferecessem contribuição única de 200\$000) (Arts. 14 a16).

²⁰ Note-se que dos 9 componentes da Comissão Executiva e do Conselho Fiscal, 7 (ou 77,77%) pertenceram à Comissão de Estatutos.

²¹ Calógeras foi ministro da Agricultura, Indústria e Comércio de 1914 a 1915 e da Fazenda entre 1915 e 1918, durante a gestão de Wenceslau Brás. E também Ministro da Guerra do governo Epitácio Pessoa (1918-1922).

Também merece destaque especial o fato de que a indicação da composição da direção da LDN foi realizada por Cândido Gaffrée, sócio de Eduardo Palassin Guinle, envolvido em grandes negócios e um dos maiores empresários brasileiros da época. Ambos chegaram a constituir um “pequeno império” caracterizado por vultosos investimentos em áreas diversificadas, tais como a produção de café e os setores portuário e de energia elétrica.²² Gaffrée foi também responsável pela designação de dois dirigentes de importantes órgãos representativos de interesses de certas frações da classe dominante, o que reforça, ao meu ver, o perfil dos grupos hegemônicos no âmbito da Liga. Trata-se do vice-presidente do Centro Industrial e Agricultor, engenheiro e empresário Gabriel Ozório de Almeida e do vice-presidente da Sociedade Nacional de Agricultura, o também engenheiro, ex-ministro da Viação e Obras Públicas (1906-1909), Miguel Calmon –futuro ministro da Agricultura, Indústria e Comércio do governo Artur Bernardes (1922-1926).

Como observou Alexandre Saes (2008:147), entre os políticos e industriais que compuseram alianças estratégicas para a consolidação do poder econômico do grupo Gaffrée e Guinle no Rio de Janeiro, destacaram-se os que integravam o Clube de Engenharia, entre os quais um dos vice-presidentes da LDN, Osório de Almeida. Diretor da Escola Politécnica do Rio de Janeiro (1896), consultor Técnico do Ministério da Indústria e Obras Públicas entre 1902 e 1906 e presidente do Clube de Engenharia de 1900 a 1901, era acionista de empresas, tais como a Companhia Nacional de Tecidos de Juta e a CBEE, e “um dos homens mais importantes do grupo Gaffrée & Guinle” (Hansen, 2008:18).²³ Como vimos, o engenheiro e industrial Guilherme Guinle, filho de Eduardo P. Guinle foi um dos membros do primeiro Conselho Fiscal da LDN.²⁴ Além disto, entre os integrantes do Diretório Central da instituição figurava o industrial ligado ao setor têxtil do Rio de Janeiro e de São Paulo, Jorge Street que participou da diretoria do Centro Industrial do Brasil entre 1904 e 1927. Seu pai, Ernesto Street havia sido amigo e sócio de Cândido Gaffrée e de Eduardo P. Guinle na construção de ferrovias, o que lhe valeu o apoio financeiro da empresa Guinle & Cia para adquirir as fábricas que viriam a integrar, em 1908, a Companhia Nacional de Tecidos de Juta em São Paulo,²⁵ o que viria a consolidar ainda mais profundamente a ligação entre os referidos empresários. Jorge Street foi também importante acionista e grande defensor da CBEE, outro empreendimento que, como já foi dito, era liderado pela família Guinle.

Um outro segmento da classe dominante com representatividade bastante expressiva entre os integrantes da direção da LDN são os grupos ligados às atividades agropecuárias. Neste sentido, destaque-se as presenças dos gaúchos Homero Baptista no Conselho Fiscal e de Joaquim Luiz Osório na Comissão Executiva. E mais importante ainda a do ex-ministro da Agricultura, Indústria e Comércio, Pandiá Calógeras e do vice-presidente da Sociedade Nacional de Agricultura e futuro ministro da Agricultura, Indústria e Comércio (1922-1926), o usineiro baiano Miguel Calmon.

²² Depois da Guinle & Cia, de propriedade dos filhos de Eduardo P. Guinle (Eduardo Guinle, Guilherme Guinle e Carlos Guinle), os dois sócios foram os maiores acionistas da Companhia Brasileira de Energia Elétrica (CBEE), fundada no Rio de Janeiro em 1º de junho de 1909, constituindo-se a principal concorrente de grupos capitalistas estrangeiros (especialmente a Light) nas primeiras décadas do século XX. Sobre o tema veja-se, por exemplo, os artigos de Sérgio Lamarão (2002); de Alexandre Saes (2008A); e, de Cláudia Hansen, (2008).

²³ Segundo a autora, Ozório, juntamente com outros industriais e políticos defendia “um industrialismo que visava o conjunto da produção nacional”, assumindo “também a luta dos não industriais, mas produtores nacionais” (Hansen, 2008: 19).

²⁴ Após a morte de Eduardo Palassin Guinle, em 1912, Guilherme passou a controlar os investimentos familiares, mantendo as relações com os antigos aliados do pai, entre os quais Cândido Gaffrée e Jorge Street.

²⁵ Trata-se das duas principais produtoras de sacos de juta do Brasil, a Fábrica Santa’Anna e as fábricas do Conde Álvares Penteado (Saes, 2008B:1).

Ambos integraram o grupo político que ficou conhecido como “Jardim de Infância”,²⁶ composto por jovens “intelectuais de sólida formação acadêmica” que “iniciaram suas carreiras públicas como magistrados, professores, jornalistas, vereadores e deputados estaduais”, constituindo-se numa das principais bases de apoio ao governo de Affonso Penna (Faquin, 2007:1).

A trajetória intelectual e política de Miguel Calmon, uma das lideranças mais expressivas da Liga de Defesa Nacional, nos ajuda a delinear melhor o perfil de algumas frações da classe dominante representadas naquela agência da sociedade civil. Natural da cidade de Salvador, descendia de uma família aristocrática de proprietários e políticos de grande projeção desde o período imperial – entre os quais merece destaque o Marquês de Abrantes que era seu tio. Recém formado em engenharia civil pela Escola Politécnica do Rio de Janeiro, assumiu o cargo de Secretário da Agricultura da Bahia (1902-1906), tendo sob sua jurisdição os assuntos relacionados à agricultura, indústria, viação e obras públicas. Com apenas 27 anos foi nomeado ministro da Viação e Obras Públicas, exercendo o cargo de 1906 a 1909, durante a gestão de Affonso Penna na presidência da República.²⁷ Vale lembrar que este último ficou conhecido como “presidente das ferrovias” tendo em vista que, em seu governo, este setor foi alvo de grandes investimentos.

Os projetos de construção de um Brasil *moderno e civilizado* de acordo com os padrões burgueses apostavam na ampliação e na melhoria das vias de comunicação para colocar o país nos trilhos do progresso. Destaque-se, neste sentido, o papel desempenhado pelos engenheiros que conquistavam crescente projeção nos campos intelectual e político das primeiras décadas republicanas. A construção de estradas de ferro marcou as carreiras de muitos deles – entre os quais as de Gabriel Osório de Almeida e de João Teixeira Soares (?-1927), fundadores da LDN – e foi um dos destaques entre as realizações de Miguel Calmon na pasta de Viação e Obras Públicas. Segundo Regina Abreu, para o ministro, a imagem do trem desbravando as matas brasileiras representava “a utilização da ciência em prol da domesticação da natureza” (Abreu, 1996:80).

Proprietário de terras e usineiro, Miguel Calmon teria ainda atuação de destaque no âmbito das políticas agrícolas da Primeira República. Além de ocupar a secretaria estadual da Agricultura foi membro fundador da Sociedade Bahiana de Agricultura (criada em 1902), passando posteriormente a integrar os quadros da Sociedade Nacional de Agricultura da qual foi vice-presidente e depois presidente (1921-1922).²⁸ Conforme assinalou Sonia Regina de Mendonça, a SNA caracterizou-se como “uma instituição de classe de ampla representatividade”, marcada na Primeira República pela “completa ausência de representantes da grande burguesia cafeeira paulista junto aos seus quadros”, onde em contrapartida destacava-se a presença de “representantes dos complexos agrários do eixo Sul/Nordeste, com ênfase para fluminenses, gaúchos e pernambucanos” (Mendonça, 1998A:98-99). Traço que, segundo a análise da referida autora, marcaria também o perfil do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, criado em 1909, cujos cargos de primeiro escalão seriam majoritariamente preenchidos por membros da SNA.

Ambas as agências passaram a atuar como espaços de construção e implementação de um projeto contra-hegemônico pautado na defesa de uma modernização agrícola que divergia do modelo proposto pelos representantes da cafeicultura paulista. Embora constatem a presença de representantes destes últimos na LDN, tais como Alfredo Ellis e Rodrigues Alves, a pesquisa que

²⁶ Designação dada “pelas forças de oposição e pela crônica política da época” à “jovem frente ministerial e parlamentar” alçada ao poder por Affonso Penna logo depois de ascender à presidência da República em 1906 (Faquin, 2007: p. 1).

²⁷ A carreira política de Miguel Calmon foi deslanchada no plano nacional quando foi eleito deputado federal pelo Estado da Bahia, através do apoio de Rui Barbosa de quem foi correligionário e admirador, tendo participado intensamente da Campanha Civilista.

²⁸ Em 1923 foi eleito presidente perpétuo da SNA.

vimos realizando aponta para o predomínio da representatividade do projeto alternativo no âmbito da referida instituição.²⁹

Para além dos espaços de convergência e de coesão entre os interesses e as concepções políticas defendidas pelos integrantes do primeiro Diretório Central da LDN, observa-se, portanto, a presença de certas tensões. No que se refere a este aspecto, vale mencionar que, mesmo tendo integrado a Comissão de Estatutos por indicação de Gaffrée, Alfredo Ellis era porta-voz das demandas do setor cafeeiro paulista. Assumindo constantemente posições em defesa dessa lavoura, o fazendeiro e senador pelo PRP foi um dos principais opositores aos empreendimentos da família Guinle e de Jorge Street em diversas esferas. Ellis questionava, por exemplo, o monopólio da fabricação de sacos de juta – onde os grãos de café eram acondicionados para serem exportados – pelo referido grupo, argumentando que os vultosos custos da empresa acabavam sendo repassados para os fazendeiros.

Pobre Lavoura. Quando os senhores Street, Gaffrée, Guinle and Company, compraram em São Paulo, por doze mil contos, a fábrica de sacos do Conde Penteado, aqui prevenimos, anunciamos com toda a segurança, que os sacos iam subir de preço com enorme prejuízo para a lavoura.(...) Pois bem, já os sacos que custavam 400 réis, estão agora sendo vendidos a 700 réis, segundo informações colhidas numa folha santista (...) os senhores Street, Gaffrée, Guinle & Co. conseguiram monopolizar o comércio de sacaria de aniagem, e puseram logo a faca no peito dos pobres lavradores que não tem outro modo de mandar seu desvalorizado café para os portos de embarque(...) (Ellis, 1909).

No mesmo sentido, criticava o controle de Street e Guinle do porto de Santos, impedindo, assim a entrada de sacos de juta importados. Por fim, no contexto das disputas entre a CBEE e a Light, posicionou-se contrário mais uma vez aos interesses de Gaffrée e Guinle, bem como de Street, com quem, aliás, entrava em confrontos diretos na imprensa. Talvez esteja aí a razão pela qual, Alfredo Ellis tenha sido um dos poucos membros da Comissão de Estatutos que, como vimos, não foram incorporados à direção da LDN.

Finalmente cabe assinalar que em termos da formação acadêmica e/ou profissional, os componentes do primeiro Diretório Central revelam um perfil fortemente intelectualizado, o que é reforçado pela sua expressiva inserção em associações literárias e técnico-científicas – entre as quais predominam a Academia Brasileira de Letras e o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Não por acaso o local escolhido para a realização da sessão inaugural da Liga de Defesa Nacional foi o salão de conferências da Biblioteca Nacional, definida pelo próprio Olavo Bilac como “casa dos livros”, “templo das idéias” e “cérebro do Brasil” (Bilac, 1916A).

A maioria dos 50 membros fundadores da LDN possuía curso superior nas áreas de Direito,³⁰

²⁹ Cabe mencionar neste sentido que entre os 37 membros do Diretório Central para os quais encontramos informações sobre os locais de origem, 14 (ou 37,83%) eram do Rio de Janeiro, 5 (ou 13,51%) do Rio Grande do Sul, 5 (ou 13,51%) de Minas Gerais e 8 (ou 21,62%) eram de estados nordestinos – 4 (ou 10,81%) da Bahia, 2 (ou 5,4%) de Pernambuco, 1 (ou 2,7%) do Piauí e 1 (ou 2,7%) do Ceará. Perfil que também marcaria a primeira direção da instituição: dos seus 18 integrantes, 7 (ou 38,88%) eram do Rio de Janeiro; 3 (ou 16,66%) do Rio Grande do Sul; 2 (ou 11,11%) da Bahia; 1 (ou 5,55%) de São Paulo; 1 (ou 5,55%) do Piauí; e, 1 (ou 5,55%) de Pernambuco. Não foi possível identificar os locais de origem de 3 (ou 16,66%) de seus membros. Note-se que 4 (ou 22,22%) são provenientes de estados nordestinos.

³⁰ 19 ou 38%, sendo que 9 (ou 47,36%) pela Faculdade de Direito de São Paulo e 5 (ou 26,31%) pela Faculdade de Direito de Recife. Não foi possível identificar a instituição superior onde se formaram 5 (ou 26,31%) deles.

de Engenharia,³¹ e de Medicina.³² A maior parte dos que se diplomaram em Direito optou pela carreira política assumindo cargos no âmbito dos poderes legislativos e/ou executivos e judiciário nas três instâncias –municipal, estadual e, sobretudo, federal– e muitos possuíam também empregos públicos. Pedro Lessa –um dos mentores da criação da LDN e figura de destaque na primeira direção da instituição– e Viveiros de Castro (1867-1927) foram ministros do Supremo Tribunal Federal, o primeiro ocupou a cadeira n. 11 da ABL e ambos vincularam-se ao IHGB. Figuras de grande proeminência no campo intelectual, produziram obras de referência na área dos saberes jurídicos.

Deve-se ressaltar, por outro lado, a presença significativa de engenheiros entre os componentes do primeiro Diretório Central que se torna ainda mais expressiva se levarmos em consideração o quadro dos primeiros dirigentes que, embora predominantemente formado por advogados e juristas (8 ou 44,44%), incluía 5 (ou 27,77%) membros graduados em Engenharia.³³ Vale registrar ainda que, como foi dito, Cândido Gaffrée, Gabriel Osório de Almeida, Guilherme Guinle e Jorge Street figuravam entre os sócios de maior projeção social e política do Clube de Engenharia.³⁴ Criada na corte imperial em 1880, essa importante agência da sociedade civil “reuniu em suas fileiras engenheiros do Brasil e do exterior, industriais, políticos e negociantes de várias partes do país, mas principalmente do Rio de Janeiro, interessados no desenvolvimento da engenharia” concebida, segundo artigo publicado, em 1887, na *Revista do Clube de Engenharia*, como instrumento para o “engrandecimento da pátria pelo trabalho” (Turazzi, 1989:39). Compromisso perfeitamente coadunado com alguns dos objetivos centrais da LDN, no sentido de “estimular o patriotismo consciente e coesivo” e “defender: com a disciplina – o trabalho”, indicados por Olavo Bilac no discurso proferido na sessão inaugural daquela instituição.

Atuando “a serviço da engenharia”, posto que aberto à participação de representantes de diversas categorias sócio-profissionais, o Clube de Engenharia pretendia contribuir, conforme seus primeiros estatutos com o “desenvolvimento da indústria no Brasil e a prosperidade e coesão das duas classes – engenheiros e industriais” (*Revista do Clube de Engenharia*, 1905:151). A instituição desempenhou papel de grande relevo na formulação e implementação de projetos de modernização do país pautados em concepções estéticas e políticas de intervenção sobre o espaço urbano profundamente excludentes e hierarquizadoras, tais como aquelas que marcaram a remodelação da capital republicana – desencadeada a partir da administração Pereira Passos – e a construção de Belo-Horizonte (MG), sob a responsabilidade do engenheiro Aarão Reis (1853-1936). No que se refere ao primeiro exemplo, vale lembrar que a voz de Bilac, uma das lideranças mais expressivas da LDN, destacou-se no coro de louvações do tipo “o Rio civiliza-se”. Em muitas de suas crônicas o trabalho é positivado através de imagens onde operários morigerados empunhavam as “picaretas do

³¹ 8 ou 16%, metade deles pela Escola Politécnica do Rio de Janeiro.

³² 8 ou 16%, 5 (ou 62,5%) pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro Não obtive informações sobre a formação de 9 (ou 18%) deles e 6 (ou 12%) não fizeram ou não concluíram cursos superiores. Entre estes últimos incluem-se os casos de Olavo Bilac e Coelho Netto (1864-1934) que, embora tenham ambos frequentado os cursos de Medicina e de Direito não chegaram a se graduar em nenhum deles.

³³ 3 (ou 60%) dos quais pela Escola Politécnica do Rio de Janeiro.

³⁴ Depois da ABL e do IHGB, o Clube de Engenharia, ao lado da Academia Nacional de Medicina, constituem espaços privilegiados de inserção dos membros da LDN. Vale mencionar que Pandiá Calógeras, como vimos, ministro da Fazenda em exercício quando da criação da LDN e um de seus vicepresidentes, formado em engenharia pela Escola de Minas de Ouro Preto, foi eleito presidente da Sociedade Brasileira de Engenharia em 1928.

progresso”, promovendo as “luzes do progresso”.³⁵

Os dados sobre a formação acadêmica e/ou profissional dos integrantes do primeiro Diretório Central da LDN, anteriormente apresentados, revelam ainda uma presença de médicos tão significativa numericamente quanto a de engenheiros. Embora em termos da participação nos quadros de direção da referida instituição haja apenas um membro formado em Medicina, parece-me que tal inexpressividade, em termos quantitativos, deve ser redimensionada se levarmos em consideração que se tratava do professor da FMRJ e presidente da ANM, Dr. Miguel Couto, uma das figuras de maior destaque do movimento sanitarista, desencadeado a partir das expedições científicas promovidas pelo Instituto Oswaldo Cruz, sobretudo entre os anos de 1911 e 1913.³⁶ Tal movimento contribuiu para fundamentar o questionamento dos diagnósticos que condenavam de modo absoluto e irremediável o futuro da nação brasileira em função das heranças *degenerativas* da miscigenação racial. Imagem paradigmática dessa mudança de perspectiva é a do “Jeca Tatu reabilitado” que, de “parasita da terra”, “homem baldio”, “inadaptável à civilização” sem possibilidade de salvação – tal como foi descrito por Monteiro Lobato no artigo “Velha Praga”, publicado no jornal *O Estado de São Paulo* em 12 de novembro de 1914.³⁷ passou a ser diagnosticado pelas lentes do microscópio como “doente” e “ancilostomado”, cuja redenção dependia de uma única e simples medida: sanear.³⁸

Membro da Liga Pró Saneamento do Brasil, criada em 11 de fevereiro de 1918,³⁹ como desdobramento da campanha sanitarista que adquiriu maior legitimidade e sustentação a partir dos trágicos efeitos da epidemia de gripe espanhola que assolou a capital republicana, Miguel Couto destacou-se no enfrentamento das questões relativas à construção de um Brasil *moderno e civilizado*, sob a ótica do sanitário, chegando mesmo a propor a criação de um Ministério de Saúde Pública. O envolvimento da Liga de Defesa Nacional com as concepções e práticas propostas no âmbito do sanitário pode ser constatada, entretanto, não apenas através da presença de Oswaldo Cruz, de Miguel Couto e de seu discípulo Aloysio de Castro nos quadros da instituição, mas também em posições assumidas e ações promovidas por outros de seus membros.

Destaque-se, por exemplo, a íntima relação que se estabeleceu entre Cândido Gaffrée, Eduardo P. Guinle e o Dr. Carlos Chagas –que assumiu a direção do Instituto de Manguinhos depois da morte de Oswaldo Cruz em 1917–, responsável pela ação profilática no combate ao surto de

³⁵ Veja-se neste sentido, por exemplo, o artigo de minha autoria intitulado “Modernidade, dominação e resistência: as relações entre capital e trabalho sob a ótica de João do Rio” (Engel, 2004).

³⁶ Em especial a de Penna-Neiva, cujos resultados foram divulgados através de uma série de artigos de Belisário Penna publicados no jornal carioca *Correio da Manhã* entre novembro de 1916 e janeiro de 1917 e reunidos na primeira parte do livro intitulado *O Saneamento do Brasil*, publicado em fins de 1917. A expedição que percorreu o norte da Bahia, o sudoeste de Pernambuco, o sul do Piauí e Goiás de norte a sul entre março e outubro de 1912, foi uma das muitas realizadas por cientistas do Instituto Oswaldo Cruz na época. A documentação escrita e fotográfica dela resultante é considerada “a mais engajada, crítica e rica em observações de caráter sociológico” (Thielen e outros, 1991: 7) que, publicada em *Memórias do Instituto Oswaldo Cruz* em 1916, teve grande repercussão nos meios intelectuais da época.

³⁷ O perfil do personagem Jeca Tatu aparece de forma mais completa no texto “Urupês”, também publicado n’ *O Estado de São Paulo* pouco depois.

³⁸ O “Jeca redimido” que “não é assim” (preguiçoso, improdutivo, etc.), mas “está assim” por causa das doenças que grassavam no âmbito rural aparece pela primeira vez nos famosos artigos de Monteiro Lobato, reunidos em “O Problema vital”, foram originalmente publicados em 1918 no jornal *O Estado de São Paulo* depois que o escritor teve contato com os registros de viagem de Arthur Neiva e Belisário Penna (publicados em *Memórias do Instituto Oswaldo Cruz* em 1916). Sobre o tema veja-se, por exemplo, os trabalhos fundamentais de Gilberto Hochman (1998), de Nísia Trindade Lima (1999) e, ainda o artigo de Ricardo Augusto dos Santos (2003).

³⁹ A sessão de instalação da LPSB foi realizada na Sociedade Nacional de Agricultura.

malária que ameaçou paralisar os trabalhos de construção de uma usina hidroelétrica na Fazenda de Itatinga (Serra de Santos), mais um dos empreendimentos de Gaffrée & Guinle. Segundo Gisele Sanglard, tal aproximação resultou no estabelecimento de laços de “amizade e confiança”, bem como em apoio financeiro à ciência laboratorial de Manguinhos (Sanglard, 2004). Além disto, a autora observa que a fundação do Hospital Gaffrée e Guinle com seus doze ambulatorios antivenéreos representou a convergência entre o projeto filantrópico dos empresários com as propostas de saneamento do país formuladas por segmentos médicos da intelectualidade e implementadas pelo governo federal. Neste sentido, deve-se considerar que a criação da Fundação Gaffrée e Guinle se deu em consonância com as ações da Inspetoria da Lepra e Doenças Venéreas, fundada em 1920, no bojo da Reforma Sanitária que instituiu o Departamento Nacional de Saúde Pública naquele mesmo ano.

Outro exemplo da convergência entre as idéias veiculadas pelo movimento sanitaria e as concepções defendidas pelos integrantes da LDN são as palavras proferidas pelo jurista e deputado federal Félix Pacheco, em discurso pronunciado por ocasião da solenidade à bandeira, realizada no Tiro da Imprensa, em 1918:

O nosso homem do interior, fisicamente depauperado e, além do mais, sem ensino de nenhuma espécie, refará a sua saúde na passagem pelo quartel, que lhe há de ministrar também, com educação corporal conveniente, as primeiras letras, tão necessárias à vida dos que nasceram brutos ou irracionais. Saneamento, instrução e serviço militar constituem problemas conexos, mais fáceis de solver reunidos do que separados (Pacheco, 1918).

O enfrentamento da “grande questão nacional” teria, portanto, como alvos prioritários os trabalhadores –sobretudo rurais–, devendo direcionar-se em três sentidos: a defesa nacional, a saúde dos corpos e das mentes e a instrução.

Tanto a criação da LDN quanto da LPSB ocorreram em meio ao clima de “entusiasmo pela educação”,⁴⁰ disseminado a partir de meados dos anos 1910 e que tem como marco importante a campanha promovida pela Liga Brasileira Contra o Analfabetismo, criada em 7 de setembro de 1915.⁴¹ Propagava-se, assim, a convicção segundo a qual para que os brasileiros pudessem ser transformados em cidadãos capazes de colocar o país nos trilhos do progresso capitalista tornava-se imprescindível instruí-los, resgatando-os do *obscurantismo* e da *ignorância*, através da luta contra o analfabetismo. Vale destacar que a educação constituía-se ponto central da pauta dos intelectuais que, a partir dos anos 1870 e, sobretudo, 1880 se dispuseram a refletir sobre a realidade brasileira, buscando apontar os caminhos de (re) construção da nação em meio às profundas transformações que colocavam a abolição da escravidão e a mudança do regime político em horizontes cada vez mais próximos. Entre estes destacou-se justamente um dos mentores da fundação da LDN, o poeta e escritor Olavo Bilac.

Proveniente de uma família pertencente aos segmentos médios urbanos e gozando de grande prestígio nos meios literário e político de sua época Bilac teve uma atuação bastante relevante no âmbito da educação, não apenas como autor de livros de leitura (entre os quais, destaca-se *Através do Brasil*, escrito em parceria com Manuel Bomfim e publicado em 1910) e exercendo cargos na esfera da instrução pública, mas também pela sua ação na luta contra o analfabetismo, que já o mobilizava desde os tempos em que atuava como cronista na *Gazeta de Notícias* (1890-1908), nas revistas *A Semana* e *Kosmos*, no jornal *Correio Paulistano*, entre outros periódicos importantes do período. Não foi

⁴⁰ Expressão cunhada por Jorge Nagle (2001 e 1977).

⁴¹ A Sessão inaugural foi realizada no Clube Militar, sob a presidência do Sr. Ennes de Souza e vice-presidência da Sra. Maria Santos, diretora da Escola Modelo José Bonifácio.

por acaso, portanto, que Bilac despontou como uma das lideranças mais expressivas da campanha que resultaria na criação da LDN. No discurso que proferiu na sessão inaugural, afirmava que, além de promover “o patriotismo consciente e coesivo” e de “defender o trabalho”, através da “disciplina”, conforme já foi mencionado, os compromissos básicos daquela instituição orientavam-se também no sentido de “propagar a instrução primária, profissional-militar e cívica” e de patrocinar “com a força –a paz; com a consciência– a liberdade; e com o culto do heroísmo a dignificação da nossa história e a preparação do nosso porvir” (Bilac, 1916B).⁴²

Nos projetos formulados e difundidos pelo movimento sanitarista, a redenção do país e do povo brasileiro não se daria exclusivamente através da saúde, mas caberia um papel fundamental também à educação. Assim, além da criação de um Ministério de Saúde Pública, Miguel Couto defendeu também a necessidade de se estabelecer um Ministério da Educação – composto por dois departamentos, o do ensino e o da higiene – na famosa conferência proferida na Associação Brasileira de Educação (ABE),⁴³ em 2 de julho de 1927, intitulada “No Brasil só há um problema nacional: a educação do povo” (Couto, 1927).

Entre os “assuntos correlatos com a medicina” que mais ocupavam a atenção do professor da FMRJ distinguia-se a ignorância: “Considero-a não só como doença, senão a pior de todas, porque a todas conduz; e, quando se instala endemicamente, como na nossa terra, assoma as proporções de verdadeira calamidade pública” (Couto, 1933). Resumindo os pilares básicos sobre os quais se assentava o projeto de Brasil defendido pelos membros fundadores da Liga de Defesa Nacional, Miguel Couto afirmava que como a saúde, a educação da população brasileira também era uma questão de defesa nacional:

... como se salvou o Japão quando lhe cobiçaram o território? Pela educação do povo. ¿Como nos salvaremos nós? Com a cultura do povo, porque da cultura nasce a ambição, da ambição a atividade, da atividade a riqueza, da riqueza multiplicada a fortuna coletiva e desta a confiança, a força, a durabilidade, a coesão (Couto, 1933).

Espero que a análise aqui apresentada tenha explicitado o sentido político das “frações de partido” constituídas pelas academias, sociedades científicas, associações de classe e ligas organizadas no Brasil, a partir, sobretudo, do advento do regime republicano, através do exemplo da Liga de Defesa Nacional. Pelo que foi visto aqui, parece-me possível concluir que essa agência da sociedade civil pode ser vista como um dos muitos espaços onde integrantes de certas frações da classe dominante e seus intelectuais orgânicos articularam as bases de sustentação para a implementação de um projeto político contra-hegemônico que colocava em xeque o predomínio dos interesses da cafeicultura paulista e de seus aliados. Para além das divergências e tensões a maioria dos fundadores da LDN comungava certas idéias, valores e práticas que fundamentavam a via para a construção do capitalismo no Brasil que defendiam. Entre estas se destacaram, por exemplo, as críticas ao liberalismo da Primeira República e a defesa de um Estado interventor, seja no âmbito da economia, seja no que se refere à saúde e à educação.

Em completa harmonia com o capital, o trabalho, executado por corpos mental e fisicamente *saudáveis, civilizados* pelas *luzes da instrução* e imbuídos do sentimento patriótico constituía-se, aos olhos

⁴² O tema da instrução pública foi objeto da preocupação de muitos dos membros da LDN, entre os quais destaque-se, por exemplo, Miguel Calmon e Pandiá Calógeras, que o tomaram como objeto de suas reflexões.

⁴³ A ABE foi criada em 1924 na cidade do Rio por intelectuais comprometidos com a questão da educação e como desdobramento das discussões em torno das questões nacionais às quais venho me referindo.

A Liga de Defesa Nacional e a construção da hegemonia burguesa no Brasil
Magalí Gouveia Engel

desses intelectuais orgânicos, um dos pilares fundamentais no sentido de promover o *progresso* e a *modernização* do Brasil, elevando-o ao patamar das grandes potências. Projeto que se tornaria hegemônico a partir de 1930, com a ascensão de Vargas e das frações de classe que este representava ao poder. Não por acaso, naquele mesmo ano foi criado o Ministério da Educação e Saúde Pública. Por outro lado, Jorge Street participou da montagem do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio (também criado em 1930), colaborando na elaboração de diversas leis trabalhistas, enquanto Guilherme Guinle integraria o Conselho Técnico de Economia e Finanças do Ministério da Fazenda depois do golpe que instituiu o Estado Novo (1937-1945), bem como a Comissão Executiva do Plano Siderúrgico Nacional, em 1940, assumindo a presidência da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) no ano seguinte. Tais exemplos revelam com clareza as articulações entre a sociedade civil e a sociedade política que fundamentam o conceito de Estado ampliado de Gramsci.

Fontes

- Bilac, Olavo. *A Defesa Nacional (Discursos)*. Rio de Janeiro, Edição da LDN, 1917.
- Bilac, Olavo. *Ata da sessão de instalação da LDN*, 7/09/1916, aprovada na sessão de 23/09/1916 (A).
- Bilac, Olavo. Discurso pronunciado na sessão de instalação da LDN em 7/09/1916. In: *Ata da sessão de instalação da LDN*, 7/09/1916, aprovada na sessão de 23/09/1916 (B).
- Couto, Miguel. *No Brasil só há um problema nacional: a educação do povo (discursos)*. Rio de Janeiro. 1933.
- Couto, Miguel. *No Brasil só há um problema nacional: a educação do povo*. Rio de Janeiro: Jornal do Commercio. 1927.
- Ellis, Alfredo. *O Estado de São Paulo*, 15 de fevereiro de 1909.
- Estatuto da LDN de 1916. In: *Revista de Assumptos Militares*. Rio de Janeiro, n. 38, 30/11/1916.
- Estatuto do Clube de Engenharia de 1905. *Revista do Clube de Engenharia*. RJ, n. 1, 1905.
- Pacheco, Felix. *Pelo Brasil forte e são – a defesa da Pátria e a Bandeira*. *Boletim mensal do Estado Maior do Exército*. 1918, Vol. XV-XVI: 237-241. Rio de Janeiro, Imprensa Militar.

Bibliografia

- Abreu, Regina. *A fabricação do imortal*. Rio de Janeiro, Rocco, 1996, p. 80.
- Bourdieu, Pierre. O campo científico. In: Renato Ortiz (org.). *Pierre Bourdieu: Sociologia*. SP, Ática, 1983.
- Capella, Leila Maria Correa. *As malhas de aço no tecido social: a revista A Defesa Nacional e o serviço militar obrigatório*. Niterói, Dissertação de mestrado, PPGH-UFF, 1985.
- Carvalho, José Murilo de. *Forças Armadas e Política no Brasil*. Rio de Janeiro, Zahar, 2005.
- Castro, Celso. Insubmissos na justiça militar (1874-1945). In: *Usos do Passado. Anais do XII Encontro Regional de História RJ*. Rio de Janeiro, 2006.
- Engel, Magali G. Modernidade, dominação e resistência: as relações entre capital e trabalho sob a ótica de João do Rio. In: *Tempo*. Rio de Janeiro, n. 17, pp. 53-78, jul. a dez. 2004.
- Gramsci, Antonio. *Cadernos do cárcere*. Os intelectuais. O princípio educativo. Jornalismo. RJ, Civilização brasileira, 2001 (2ª ed.), Vol. II.
- Gramsci, Antonio. *Os intelectuais e a organização da cultura*. RJ, Civilização Brasileira, 1987.
- Gramsci, Antonio. *Maquiavel, a Política e o Estado Moderno*. RJ, Civilização Brasileira, 1978.
- Hansen, Cláudia Regina Salgado de Oliveira. Serzedelo Corrêa, a Companhia Brasileira de Energia Elétrica e Eletricidade no Distrito Federal no início do século XX. Anais eletrônicos do Simpósio de Pós-Graduação em História Econômica promovido pela ABPHE E USP. São Paulo, set. 2008, www.fflch.usp.br/dh/posgraduacao/economica/spghe.
- Hochman, Gilberto, *A era do saneamento. As bases políticas de Saúde Pública no Brasil*, São Paulo, Hucitec, 1998.
- Faquin, Giovanni Stroppa. “Políticos de nova raça”: o Jardim de Infância e a experiência do poder na Primeira República. Juiz de Fora, dissertação de Mestrado apresentada ao PPGH-UFJF, 2007, p. 1.
- Lamarão, Sérgio. Capital privado, poder público e espaço urbano. A disputa pela implantação dos serviços de energia elétrica na cidade do RJ (1905-1915). *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, n. 29, 2002, pp. 75-96.
- Lima, Nísia T., *Um sertão chamado Brasil: intelectuais e representação geográfica da identidade nacional*, Rio de

A Liga de Defesa Nacional e a construção da hegemonia burguesa no Brasil
Magalí Gouveia Engel

Janeiro, Revan, 1999.

Lima, Nísia T. e Hochman, G., “Condenado pela raça, absolvido pela medicina: o Brasil descoberto pelo movimento sanitário da Primeira República”. In: Maio, Marcos Chor e Santos, Ricardo Ventura (orgs.), *Raça, ciência e sociedade*, Rio de Janeiro, FIOCRUZ/CCBB, 1996, pp. 23-40.

Mendonça, Sonia R. de. Agricultura, Poder e Estado no Brasil: um projeto contra-hegemônico na Primeira República. In: Mendonça, S.R. e Motta, Márcia (orgs.). *Nação e Poder: as dimensões da história*. Niterói, EDUFF, 1998A.

Mendonça, Sonia Regina de. Estado e Sociedade. In: Marcelo Badaró Mattos (org.). *História: pensar e fazer*. Rio de Janeiro, LDH, 1998B, pp. 13-32.

Nagle, Jorge. *Educação e sociedade na Primeira República*. Rio de Janeiro, DP&A, 2001 (2ª ed.).

Nagle, Jorge. A educação na Primeira República. In: Boris Fausto (org.). *História Geral da Civilização Brasileira – O Brasil Republicano*. SP, Difel, 1977, T. III, Vol. 2.

Ortiz, Renato. Notas sobre Gramsci e as Ciências Sociais. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. Vol. 21, n. 62, out. 2006.

Sanglard, Gisele. Mecenato científico na virada do século carioca: exemplos e análises. *Anais eletrônicos do XI Encontro Regional de História - Democracia e Conflito*, ANPUH-RJ, 2004, Rio de Janeiro, www.rj.anpuh.org/Anais/2004.

Saes, Alexandre M. Light versus CBEE: capital nacional e estrangeiro na modernização da cidade do Rio de Janeiro (1905-1915). *Revista Territórios e Fronteiras*. Cuiabá, vol. 1, n. 2, jul/dez 2008 (A), pp. 145-173.

Saes, Alexandre M. Industrialização e política local: constrangimentos na expansão da Companhia Nacional de Tecidos de Juta no início do século XX. *Anais eletrônicos do XXIII Encontro de História da ANPUH-RJ, Identidades*. Rio de Janeiro, 2008B.

Santos, Ricardo A. dos. Lobato, os jecas e a questão racial no pensamento social brasileiro. *Achegas*, www.achegas.net, n. 7, 2003.

Thielen, Eduardo Vilela e outros, *A ciência a caminho da roça: imagens das expedições científicas do Instituto Oswaldo Cruz ao interior do Brasil entre 1911 e 1913*, RJ, Fiocruz/Casa de Oswaldo Cruz, 1991.

Turazzi, Maria Inez. *A euforia do progresso e a imposição da ordem. A engenharia, a indústria e a organização do trabalho na virada do século XIX ao XX*. Rio de Janeiro, COPPE; São Paulo, Marco Zero, 1989.